

PROJETO DE LEI N° 049 DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

Gabinete do Prefeito

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar por tempo determinado para atender à necessidade de excepcional interesse público 1 (um) Auxiliar de Ensino, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e da Lei Municipal n.º 530/2002, e dá outras providências”.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público 01 (um) Auxiliar de Ensino, observando-se as disposições constitucionais do artigo 37, inciso IX, da CF/88 e da Lei Complementar n° 530/2002.

§1º. O(a) servidor(a) contratado(a) terá carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

§ 2º. O prazo de contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável por igual período, de acordo com o inciso III, do Art. 4º, da Lei Municipal 530/2002.

§ 3º. Para fins de vencimento, o ocupante do cargo público será enquadrado no quadro geral de pessoal, Tabela de Faixas e Sub Faixas de Vencimento, Nível Médio, Faixa I, R\$ 982,28, reajustado pela Lei Municipal n° 1.804/2019, na forma determinada pelo artigo 7º, inciso II, da Lei Municipal n.º 530/2002.

Art. 2º. O recrutamento ocorrerá por processo seletivo simplificado, nos termos do artigo 3º, da Lei Municipal n.º 530/2002.

Art. 3º. As despesas decorrentes da contratação desses servidores serão suportadas conforme dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VICTOR GRAEFF/RS,
aos 12 dias do mês de agosto do ano de 2019.

CLÁUDIO AFONSO ALFLEN
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI N° _____/_____.

REGIME: URGÊNCIA.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.

Prezados Vereadores e Vereadora:

Trata-se de Projeto de Lei que tem por objeto obter a autorização¹ da Câmara Municipal de Vereadores para a contratação por tempo determinado de **01 (um) Auxiliar de Ensino**, para atender excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, inciso IX, da CF/88, bem como na Lei Municipal n.º 530/2002.

A regra constitucional para admissão de pessoal na Administração Pública é a via do concurso público de provas ou provas e títulos, conforme a natureza do cargo.

Entretanto, a Constituição Federal admite exceções para admissão de pessoal, seja a nomeação de cargos em comissão ou a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do inciso IX do art. 37, que prevê: *“a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público”*.

Então, a contratação emergencial de servidor na Administração Pública é admitida pela Constituição Federal como uma exceção para admissão de pessoal, e está inserida dentre as competências do respectivo ente público a edição de lei para regulamentar a diretriz constitucional, definindo a forma e as condições em que serão efetivadas as contratações emergenciais e temporárias, sempre buscando o atendimento dos princípios constitucionais que comandam a Administração Pública.

Dessa forma, o Ente Municipal editou a Lei n.º 530/2002, que em seu artigo 1º, disciplina:

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público que trata o inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal, o Município, através de sua administração direta e indireta, poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei complementar.

O Supremo Tribunal Federal, no tema n.º 612, disciplinou os requisitos para contratação temporária, a saber: **a)** os casos excepcionais estejam previstos em lei; **b)** o prazo de contratação seja predeterminado; **c)** a necessidade seja temporária; **d)** o interesse público seja excepcional e;

¹ Art. 5º - As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização da Câmara Municipal de Vereadores.

e) a contratação seja indispensável, sendo vedada para os serviços ordinários permanentes do Estado que estejam sob o espectro das contingências normais da Administração.

Assim, quanto as letras **a** e **b**, os casos excepcionais estão previstos no artigo 2º da e os prazos no artigo 4º, da Lei n.º 530/2002, restando preenchidos estes requisitos:

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

VI - atividades:

e) de auxiliar de serviços gerais, operário, motorista, operador de máquina e **outros do quadro geral dos servidores municipais.**

Art. 4º As contratações serão feitas por tempo determinado podendo ser prorrogáveis por igual período, com exceção dos casos previstos no artigo 2º, inciso V desta Lei complementar, observados, no entanto, os seguintes prazos máximos:

III - 12 (doze) meses no caso do inciso IV e VI, alíneas "a", "b" e "e", do art. 2º.

Já em relação à letra **c**, a **necessidade é temporária**, visto que, no caso concreto, a contratação se justifica porque a Sra. Rosana Hahn está grávida, conforme se depreende da cópia do exame em anexo, atualmente com 08 (oito) meses de gestação, estando, portanto, na iminência do parto. Assim, nota-se que ela ficará período considerável impossibilitada de comparecer ao serviço, devido à concessão da licença-maternidade, justificando-se a urgência na contratação precária e temporária de um auxiliar de ensino, a fim de evitar prejuízo ao ano letivo.

Logo, o interesse público é excepcional, sendo a contratação indispensável, na medida que é imperiosa a contratação temporária de novo servidor, tendo em vista que o prazo para a realização de novo certame demanda planejamento organizacional, estrutural e orçamentário do Município.

Com efeito, a contratação se dará por **processo seletivo simplificado**, nos termos do artigo 3º, da Lei n.º 530/2002:

Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei complementar, deverá ser feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a divulgação, inclusive em jornal de circulação local ou regional, prescindindo de concurso público, desde que as contratações não requeiram urgência.

§ 1º A seleção deverá ser efetivada por Comissão de Seleção e de Avaliação de Currículos e/ou histórico escolar, podendo, se assim entender necessário, realizar prova escrita.

§ 2º Nos casos emergenciais, a Administração poderá contratar diretamente, nos prazos e condições estabelecidas na presente lei e prescindirá de processo seletivo.

§ 3º Os procedimentos e atos relacionados ao processo seletivo simplificado deverão ser definidos através de norma administrativa.

Portanto, pelo exposto, encaminha-se o presente Projeto de Lei, para que seja apreciado pelo Poder Legislativo e, conseqüentemente, haja a aprovação por parte dos respectivos Vereadores, a fim de autorizar o Poder Executivo a contratar temporariamente, para atender excepcional interesse público.

Por fim, o Poder Executivo fica à disposição para eventuais esclarecimentos.

Votos de estima e consideração.

Cláudio Afonso Alflen
Prefeito Municipal